



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Escola de Educação Física
Licenciatura em Educação Física



Monografia

**Orientação Sexual e Identidade de Gênero: análise da percepção
dos/das professores/as de Educação Física Escolar.**

Vítor Luiz Rocha Rodrigues

Ouro Preto

2019

Vítor Luiz Rocha Rodrigues

**Orientação Sexual e Identidade de Gênero: análise da percepção
dos/das professores/as de Educação Física Escolar.**

Monografia apresentada à disciplina
Seminário de TCC (EFD-381) do curso de
Educação Física em Licenciatura da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito parcial para aprovação da mesma.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Torres.

Ouro Preto

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

R6960

Rodrigues, Vítor Luiz Rocha .

Orientação sexual e identidade de gênero [manuscrito]: análise da percepção dos/das professores/as de Educação Física Escolar. / Vítor Luiz Rocha Rodrigues. - 2019.

55f.:

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Torres.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Centro Desportivo da UFOP. Departamento de Educação Física

1. Orientação Sexual. 2. Identidade de Gênero. 3. Educação Física. I. Torres, Marco Antônio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 796:37



Universidade Federal de Ouro Preto
Centro Desportivo
Licenciatura em Educação Física



**"Título do trabalho: ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO:
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS/DAS PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR"**

Autor: Vitor Luiz Rocha Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina EFD380 - Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Ouro Preto, defendido pelo autor e aprovado em 26 de junho de 2019, pela banca examinadora composta pelos (as) professores (as):

Prof. Dr. Marco Antônio Torres
Orientador
ICHS

Prof.ª Ms.ª Laura Fernanda Rodrigues da Rocha
Membro da banca
IFMG - Campus Ouro Preto

Prof. Ms. Rubens Gonzaga Modesto
Membro da banca
DEBIO

AGRADECIMENTOS

Hoje concluo mais uma etapa da minha caminhada para ser um Profissional de Educação Física de qualidade. Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Marco Antônio Torres pelo empenho dedicado ao meu projeto de pesquisa. Em especial, ao meu irmão Pedro e aos meus pais Cássia e Luiz por terem me incentivado a ingressar no curso e pelo carinho, amor e atenção que sempre se dispuseram a dar. À minha namorada Bárbara pelas noites viradas, pelo incentivo de sempre seguir em frente e pelo maior carinho que alguém pode receber. Ao meu “buddy” Rafael por me apresentar a vida ouro-pretana e por todas as tristezas, alegrias e loucuras que passamos juntos. Aos meus amigos e minhas amigas ouro-pretanos/as pela união formada ao longo do curso e de uma amizade que será para a vida toda! Em especial: Beatriz pelos puxões de orelha e por me ajudar na escolha do tema do TCC (obrigado!); Guilherme pela confiança em todos os aspectos; Tatiane pelo carinho e atenção e Géssyca pela ajuda constante na formatação do trabalho e por sempre me fazer acreditar que tudo daria certo no final. Eu amo muito vocês! Aos meus primos e primas e amigos/as de Sete Lagoas pelos momentos compartilhados. Ao grupo “Sulis e seu amigo” pelas diversões, besteiras e apoios nos momentos mais difíceis. À República Drosófila pela alegria que sempre me fizeram sentir nos momentos em que estivemos juntos/as, muito obrigado por isso. À Universidade Federal de Ouro Preto e à Escola de Educação Física pelo conhecimento compartilhado. E por último, mas não menos importante, à República Sem Norte e agregados/as pela amizade (que será eterna), acolhimento e por sempre me fazerem sentir em casa. “Eu to voando Sem Norte e abusando da sorte, mas agora vivendo bem!”

RESUMO

A escola deveria ser um ambiente propício para o desenvolvimento da socialização, aprendizagem cognitiva e motora e cooperação. Entretanto, o ambiente escolar, sobretudo a educação física, está inserido em um contexto cisheteronormativo, no qual os saberes e fazeres produzidos em conjunto apresentam problemas de todas as ordens. O objetivo do presente projeto é analisar se os/as professores/as de Educação Física da Educação Básica de duas cidades de médio porte, próximas da grande Belo Horizonte, possuem conhecimento acerca dos temas orientação sexual e identidade de gênero, além de realizar um levantamento bibliográfico acerca dos temas, com ênfase na Educação Física Escolar em pesquisas brasileiras. Para cumprir os objetivos, foram entrevistados/as oito professores/as de Educação Física da Educação Básica por meio de uma entrevista semiestruturada contendo seis perguntas que focaram na percepção dos/as professores/as referente a orientação sexual e identidade de gênero nas suas aulas e de como trabalhavam esses temas. Os resultados mostraram que os/as professores/as não tiveram acesso aos temas em suas formações e vários/as deles/as não conseguem defini-los, compreendê-los e/ou visualizá-los de forma significativa. Dessa forma, foi possível perceber o quão a cisheteronormatividade está presente no contexto educacional e de como a LGBTfobia é um problema recorrente. Conclui-se que os/as professores/as de Educação Física entrevistados/as não possuem conhecimento suficiente acerca dos temas orientação sexual e identidade de gênero e cabe notar que muitos/as manifestam interesse em se apropriar da temática. Assim, a disciplina produz e reproduz práticas e saberes sociais cisheteronormativos de acordo com o contexto em que está inserida.

Palavras-chave: Orientação sexual; Identidade de Gênero; Educação Física.

ABSTRACT

The school should be an environment conducive to the development of socialization, cognitive and motor learning and cooperation. However, the school environment, especially Physical Education, is inserted in a cisheteronormativity context, in which the knowledge and actions produced together present problems of all kinds. The objective of the present project is to analyze if the teachers of Physical Education of Basic Education of two medium-sized cities, near the great Belo Horizonte, have knowledge about the subjects sexual orientation and gender identity, including conducting a survey bibliography about the themes, with emphasis on Physical School Education in Brazilian studies. In order to fulfill the objectives, eight Physical Education teachers of the Basic Education were interviewed through a semistructured interview containing six questions that focused on the teachers' perception of sexual orientation and gender identity in their classes and how these themes were worked. The results showed that the teachers did not have access to the themes in their graduations and most of them are not able to define, understand and / or visualize them in a significant way. Thus, it was possible to perceive how present cisheteronormativity is in the educational context and how LGBTphobia is a recurrent problem. It is concluded that the Physical Education teachers interviewed do not have sufficient knowledge about the themes sexual orientation and gender identity and it's noted that they show interest in learning about the subject. Thus, the discipline produces and reproduces social cisheteronormativity practices and social knowledge according to the context.

Keywords: Sexual orientation; Gender Identity; Physical Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABLGBT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LGBT+ - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras expressões identitárias.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CAMINHOS DA PESQUISA	9
3 ORIENTAÇÃO SEXUAL; IDENTIDADE DE GÊNERO; LGBTFOBIA E CISHETERONORMATIVIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	13
3.1 Educação Física Escolar: as consequências da falta de planejamento	14
3.2 Orientação Sexual e Identidade de Gênero.....	16
3.3 Cisheteronormatividade	21
3.4 LGBTfobia.....	23
4 ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: UM CONHECIMENTO PRECÁRIO ENTRE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	29
5 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	41
Apêndice I	46
Apêndice II	47
Apêndice III	54

1. INTRODUÇÃO

A escola deveria proporcionar aos/as seus/as alunos/as um ambiente agradável e seguro que proporcionasse momentos de aprendizagem, socialização e discussões de problemas sociais. Estas discussões que, se acontecessem, poderiam contribuir para uma escola que motivasse mais estudantes e professores/as a se engajarem no processo educativo, por trazer temas que são do interesse de muitos/as alunos/as, mas que não são frequentemente abordados nas instituições escolares. O debate acerca dos problemas que envolvem a sociedade deveria ser algo recorrente nas escolas, isso contribuiria para a diminuição de preconceitos e discriminações presentes em seu cotidiano. A educação física é uma disciplina que oportuniza aos/as estudantes estarem em contato direto com o outro vivenciando momentos de socialização, competição, etc. O/A professor/a de educação física deve utilizar destes momentos para trabalhar a cooperação, formação integral dos/as alunos/as e o respeito às diferenças. Porém, alguns pesquisadores/as afirmam acontecer o contrário, muitos/as professores/as não estariam apresentando aulas com critérios de planejamento, o que me faz ter os seguintes questionamentos: Como esses profissionais estariam trabalhando em suas aulas discussões sobre temas atuais para formação em educação física? As questões referentes a LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras expressões identitárias e não identitárias das sexualidades), sendo temas atuais, têm surgido nas aulas de educação física? Como?

Atualmente, o preconceito contra LGBTQ+ é algo recorrente, pesquisas mostram que ele está dentro das escolas prejudicando a vida de muitos/as alunos/as, colocando-os/as como uma “anormalidade” por possuírem uma orientação sexual e/ou identidade gênero fora dos padrões heteronormativos. Por isto, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos/as professores/as da educação básica referente a orientação sexual e identidade de gênero nas aulas de

educação física e como eles se relacionam com as sexualidades (as orientações sexuais e as identidades de gênero) em suas aulas.

Reconhecer a orientação sexual e identidade de gênero como direito humano dentro das escolas é de extrema importância, visto que além da discriminação ser um problema social que enfrentamos atualmente, o debate poderia contribuir para a diminuição da LGBTfobia dentro das escolas, o que influenciaria diretamente em toda a sociedade. Já existem políticas públicas que abordam sobre a questão, porém isso acaba por não se concretizar de modo mais contundente dentro das escolas.

Neste trabalho, buscamos dialogar com autores/as que abordam sobre a diversidade sexual e de gênero de diversas áreas do conhecimento com um enfoque maior na educação física escolar. A metodologia do trabalho consistiu num levantamento bibliográfico e em entrevistas realizadas com professores/as de educação física da educação básica em escolas públicas e privadas de duas cidades próximas a grande Belo Horizonte.

No terceiro tópico, destacamos a importância da existência e da compressão das diversas nomenclaturas e termos que envolvem a diversidade sexual e de gênero. Seguimos com algumas definições de alguns termos mais relevantes para este trabalho. Após isso, trazemos a problemática dos temas dentro da educação física, aonde exploramos trabalhos das autoras Helena Altmann e Susana Goellner, que possuem grande destaque na área. Seguimos problematizando a heteronormatividade e a LGBTfobia no contexto da Educação Física Escolar dando ênfase nos trabalhos de Guacira Lopes Louro, trazendo a por meio da mesma e outros/as autores/as a teoria *Queer* e suas possibilidades para o contexto educacional.

Finalizamos com a análise das entrevistas e concluímos que a grande maioria dos/das professores/as de Educação Física da educação básica não abordam e/ou não possuem experiências em suas formações com os temas aqui abordados.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

A ideia da realização desta pesquisa, surgiu dentro de uma sala de aula da disciplina “DIDÁTICA” do curso de Educação Física em Licenciatura da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Na aula citada, estava ocorrendo a apresentação de um artigo intitulado “A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade” Goellner (2010). A partir da apresentação percebi que o grupo não apresentava sustentação em seus argumentos, e muitas vezes acabavam por citarem nomenclaturas de modo preconceituoso e equivocado, como por exemplo citar o termo “homossexualismo”. De acordo com o manual de comunicação da ALGBT (2015) o sufixo “ismo” significa doença, tornando o termo homossexualismo discriminativo. A nomenclatura correta indicada para determinados contextos seria homossexualidade, que representa melhor a qual orientação sexual determinada pessoa se identifica. Com isso, surgiu uma dúvida: os/as professores/as de educação física estariam recebendo conhecimento suficiente sobre esses temas nas universidades para dialogarem com a temática LGBT+ na vida profissional? Caso a resposta seja sim, algumas perguntas precisariam ser respondidas: o que os/as professores/as de Educação Física da Educação Básica entendem sobre o tema? Como trabalhar esses temas nas aulas de Educação Física da Educação Básica? Como incluir os alunos da Educação Básica que não estão nos padrões impostos pela sociedade nas aulas de Educação Física?

Adotamos neste projeto a metodologia de pesquisa exploratória e qualitativa, com base em um levantamento biográfico, através das plataformas Scielo, Google Acadêmico e outros, sobre o tema sexualidade nas escolas, sendo mais focados acerca da orientação sexual e identidade de gênero em diversas áreas do conhecimento com um direcionamento maior para a área da Educação Física Escolar. Além disso realizamos entrevistas semiestruturadas para analisarmos a percepção dos/as professores/as de Educação Física da Educação Básica referente a orientação sexual e identidade de gênero nas aulas de Educação Física em

escolas públicas e privadas de duas cidades de médio porte, próximas da grande Belo Horizonte. Definimos as cidades como de médio porte, porque segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma cidade é considerada de pequeno porte se ela possuir até 50 mil habitantes (BRASIL, 2011) e as cidades aonde ocorreram a pesquisa possuem entre 60 e 70 mil habitantes, além de apresentarem um crescimento das suas populações nos últimos anos. O tipo de entrevista escolhida foi o semiestruturado pelo fato da temática abordada não ser de conhecimento de todos/as, sendo que este tipo de entrevista tem como característica realizar diálogos mais abertos que ainda contemplem os objetivos da pesquisa (DUARTE, 2004), além de facilitar que o/a informante aborde sobre o tema apresentado por mais tempo, oportunizando que o/a mesmo/a esclareça dúvidas que surgirem no decorrer da entrevista (BONI e QUARESMA, 2005). Boni e Quaresma (2005, p. 75) ainda afirmam que “as técnicas de entrevista aberta e semiestruturada também tem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos”, o que contribuiu significativamente para essa pesquisa, visto que a mesma tratou de temas pouco abordados no meio da Educação Física.

Após nossas primeiras leituras, elaboramos um conjunto de perguntas (Apêndice I) para orientarmos nossa entrevista, porém outras questões poderiam emergir durante os encontros. Nossa pesquisa se orientou pela ética no cuidado com nossos/as colaboradores/as, documentando e esclarecendo junto a eles/as todos os procedimentos (Apêndice II). Esse projeto se constitui a partir de investigações acerca de questões de gênero, das sexualidades e dos processos de subjetivação nos contextos educacionais. A metodologia se orienta numa perspectiva que considera as formas de saberes e fazeres produzidas pelos sujeitos e coletivos, sendo utilizado para isto atualização de literatura, pesquisa etnográfica, análise documental, produção de entrevistas e narrativas. A questão central do projeto indaga sobre limites e possibilidades da produção de sujeitos de direitos nos contextos educacionais. No Comitê de Ética da UFOP este projeto está aninhado dentro na pesquisa Gênero e sexualidades no cotidiano escolar: o olhar de docentes, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Marco Antonio Torres

e da mestrandia Izabella Marina Martinho Saraiva, ambos do programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP, sob o número CAAE: 88484417.3.0000.5150, submetido em: 26/09/2018.

Os critérios de seleção foram definidos a partir daqueles/as que se dispusessem a conceder a entrevista, tendo em conta o pequeno universo destes/as profissionais na região pesquisada. Nenhum/Nenhuma outro/a profissional se dispôs a participar do projeto e houve uma desistência por parte um profissional. Após escolhermos quais escolas e professores/as participariam da pesquisa, a próxima ação foi o contato com esses/as professores/as, aonde foi decidido o melhor dia, local (demos preferência para escola que o/a professor/a atua) e horário para a realização da entrevista. Nos encontros, todos/as os/as professores/as assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido antes da realização da entrevista (Apêndice II). Ressaltamos, também, que iremos manter em anonimato os nomes dos/das professores/as e os nomes das cidades aonde ocorreram as entrevistas na divulgação da pesquisa. Foram entrevistados/as oito professores/as sendo quatro do gênero masculino e quatro do gênero feminino. As perguntas foram direcionadas a percepção dos/as professores/as referente a orientação sexual e identidade de gênero nas suas aulas e de como eles procuram trabalhar esses temas.

Os/as participantes da entrevista possuem características distintas, tanto em relação ao gênero, tempo como profissional atuante na área e as suas idades que variaram dos 25 aos 60 anos. No que diz respeito ao tempo de trabalho, foram encontrados/as professores/as com pouco tempo de atuação no mercado de trabalho e outros com tempos consideráveis, que variaram de três meses a até vinte anos de profissão. Sobre as faixas etárias, alguns/as professores/as, por possuírem mais tempo de profissão, já trabalharam com todas as faixas etárias e outros/as com apenas uma faixa etária.

Para definir o horário e local para a realização das entrevistas, ocorreram conversas virtuais com cada participante, já que cada um/a possuía as próprias preferências. Alguns/as participantes não compareceram no horário e local marcados com o pesquisador, que em alguns casos optou por marcar uma nova data para a entrevista e em outros deu-se preferência para novos/as candidatos/as

que se interessaram em participar da pesquisa. Com isso, os locais para as entrevistas variaram de professor/a para professor/a, sendo que a maioria das entrevistas foi realizada nas escolas que os/as professores/as trabalham. Demos preferência a locais que se mostraram tranquilos para a realização das entrevistas em todos os casos. Algumas entrevistas aconteceram na casa dos/as professores/as e até mesmo na casa do pesquisador, ressaltando que os locais eram escolhidos pelos/as próprios/as professores/as. Apenas uma entrevista ficou “prejudicada” devido ao local que ocorreu, que na ocasião tratava-se de uma academia que não possuía uma sala adequada para a realização da entrevista. Essa foi feita na recepção do estabelecimento, o que não foi muito favorável pelos barulhos dos/as alunos/as da academia e os carros que passavam na rua. Porém, em todas as entrevistas foi possível dialogar com os/as participantes acerca do tema, independentemente do nível de conhecimento dos/as professores/as sobre este, além de conseguir que todo/as respondessem a todas as perguntas. Ressalta-se a utilização de um gravador durante as entrevistas, que foi de conhecimento de todos/as os/as entrevistados/as, para que posteriormente fosse feita a transcrição das entrevistas e a análise dos dados, em que foi utilizado nomes fictícios para manter a identidade dos/das professores/as participantes em anonimato.

3. ORIENTAÇÃO SEXUAL; IDENTIDADE DE GÊNERO; LGBTFOBIA E CISHETERONORMATIVIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Historicamente, o Brasil possui um cenário de preconceito contra a diversidade sexual, algo encontrado de forma ampla nas escolas de todo o país. Segundo uma pesquisa realizada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) a pedido do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), chamada Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (BRASIL, 2009), 93,5% dos/as alunos/as declaram preconceito em relação ao gênero e 87,3% com relação a orientação sexual, dentre outros. Tais dados mostram como é necessário a inserção desse assunto nas salas de aula, já que muitas crianças, jovens e adultos sofrem com a exclusão e/ou subalternização de diversas formas de violência, podendo ser físicas e/ou psicológicas, que podem produzir traumas que são levados durante toda a vida. Destaca-se aqui a não utilização exclusiva do conceito bullying, visto que este acaba por não abranger todas as formas de violência, além de “esconder”, quanto ao seu uso, os estresses e incoerências presentes nessas crueldades (ANTUNES, ZUIN e ÁLVARO, 2008).

A discriminação com o público LGBT+, aquilo que se tem denominado de LGBTfobia (SILVA, 2017), resulta em diversas formas de subalternizações e violência, podendo esta última ser física e/ou psicológica. Essa violência pode acarretar uma série de efeitos negativos na saúde das pessoas, podendo levá-las a doenças como a depressão e ao suicídio. Foi realizada uma pesquisa pela Universidade de Columbia nos Estados Unidos com 32.000 alunos/as de escola pública entre 13 e 17 anos, a fim de avaliar a relação entre orientação sexual e o ato de suicidar (REDAÇÃO GALILEU, 2012) foi analisado que adolescentes lésbicas, gays, bissexuais e transexuais estão cinco vezes mais propensos a tentar se matar quando comparados aos heterossexuais, além de que o ambiente em que estão é um grande influenciador. Ou seja, quando mais receptivo menores são as taxas do suicídio. Essas pesquisas buscam reiterar como a LGBTfobia está presente em

vários países, de como diversas culturas diferentes se encontram em um contexto cisheteronormativo e o quão necessário é a imediata inserção desse assunto nas escolas para a quebra de padrões impostos socialmente. Porém, de acordo com Vianna (2015), os jovens LGBT continuam sendo deixados de lado pelo sistema educacional do Brasil, bem como temas relacionados a sexualidade infantil.

Diante destes dados negativos, buscamos entender também, a relação entre a Educação Física Escolar e os sujeitos definidos como LGBT+, e para que isso ocorra é necessário entendermos primeiro, como as aulas de educação física dentro das escolas veem sendo trabalhadas dentro das instituições escolares.

3.1. Educação Física Escolar: as consequências da falta de planejamento

Atualmente, percebe-se que nas aulas de Educação Física Escolar existem contextos em que estas podem se tornar pouco planejadas e sem objetivo. Silva (2015) em sua pesquisa após realizar observações de algumas aulas de professores/as de educação física da educação básica, conclui que as aulas não apresentavam características de uma aula planejada e sistematizada. Os/As professores/as não se preocupam com a integridade completa dos/as alunos/as e acham que apenas “rolar a bola” resolverá alguma coisa. Segundo Faggion (2011, p.20), “o planejamento é a “pedra angular” que sustenta todo o trabalho pedagógico do professor, consciente do seu papel de educador, e que o orienta no caminho e na prática pedagógica em busca da aprendizagem de seus alunos”. A negligência ao planejamento atrelada a utilização desse “método”, acarreta na exclusão de alunos/as considerados/as menos habilidosos/as, que não possuem interesse pelo conteúdo “ministrado”, bem como de alunos/as que não estão nos padrões impostos pela sociedade, como no caso aqueles/as definidos como LGBT+, visto que se alguns/as professores/as não estão conseguindo realizar uma aula que todos/as estejam incluídos/as, que deveria ser algo imprescindível; então como os/as mesmos/as pretendem tratar os temas relacionados a diversidade sexual e de

gênero quando alunos/as do grupo LGBTQ+ “aparecerem” e/ou sofrerem algum tipo de preconceito nas aulas?

Segundo Goellner (2010), a masculinidade de alguns meninos acaba por serem consideradas “suspeitas” à medida que estes não estejam habituados a determinados conteúdos impostos nas aulas e outros acabam por não possuírem respeito dos demais colegas devido a sua orientação sexual ser “diferente” da maioria. Além disso, essas práticas também não contribuem para uma boa socialização dos alunos/as. Pereira e Moreira (2005) a partir da observação das aulas de alguns/as professores/as afirmam que muitos/as não lecionam boas aulas, preferindo ficar em sua zona de conforto não se preocupando com a formação integral e crescimento dos/das seus/suas alunos/as. Podemos questionar se estas situações não produzem formas de exclusão/evasão escolar ou processos de subalternização das pessoas no espaço escolar. O entendimento de que o ingresso e o prolongamento de pessoas em práticas esportivas têm sido prejudicados ao longo da história devido a existência de desigualdades entre indivíduos, em que alguns são mais favorecidos do que outros, é de extrema importância para a criação de uma prática pedagógica que esteja atenta para a inclusão de todos (GOELLNER, 2010).

A não participação dos/as alunos/as nas aulas pode fazer com que os/as mesmos/as não pratiquem esportes e/ou exercícios físicos pelo resto da vida, levando a outros problemas. Portanto, como resolver esse impasse? Ao se analisar estas questões, surgem diversas dúvidas de como se poderiam solucionar esses problemas e/ou se já existem soluções para tal. Que são: o que os/as professores/as de Educação Física da Educação Básica entendem sobre o tema de gênero e das sexualidades? Como trabalhar esses temas nas aulas de Educação Física na Educação Básica? Como incluir os/as alunos/as que não estão nos padrões impostos pela sociedade nas aulas de Educação Física? As escolas permitiram esse tipo de intervenção? Ainda que no cotidiano escolar estas questões não sejam respondidas de modo a respeitar as sexualidades, já temos orientações institucionais que fornecem pistas para as respostas. A escola deveria transmitir aos/as seus/suas estudantes informações acerca das formas de existência.

A escola desempenha papel fundamental na construção, introjeção, reforço e transformação das noções de masculinidade, feminilidade, heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e transexualidade e, por conseguinte, na formação identitária e na atuação das pessoas em todas as arenas da vida social (HENRIQUES *et al.*, 2007, p. 48).

É extremamente necessário que os temas como a orientação sexual e identidade de gênero, aqui também entendido, de maneira menos identitária, como sexualidades, sejam trabalhados e discutidos nas escolas, para que tenhamos uma educação mais justa, que alcance todos os grupos sociais; para que se consiga contribuir para a formação profissional de professores/as de educação física mais completa e atenta a essas temáticas; mostrar tanto para os/as alunos/as como para os/as profissionais da educação que estar fora dos padrões da sociedade não significa merecer menos direitos, que devemos respeitar a diversidade, sempre procurando proporcionar a inclusão de todas as pessoas, seja na escola, no esporte, no trabalho e na família, além de incentivar o interesse e o entendimento completo pelo assunto.

3.2. Orientação Sexual e Identidade de Gênero

Entender o significado de orientação sexual e identidade de gênero é considerado muito complexo, visto que existem diversas nomenclaturas, e isto acaba sendo uma justificativa de várias pessoas para não buscarem compreendê-las. Esse desinteresse/dificuldade ajuda a manter e aumentar os preconceitos com o público LGBTQ+ (lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual), principalmente nas escolas, que é um dos locais onde os/as alunos/as necessitam de receber uma quantidade maior de informações para entender e respeitar o outro e a si mesmo. Entretanto, podemos considerar que as noções de orientação sexual e identidade de gênero apresentam certas insuficiências para se pensar em todas as formas de existência que definimos como sexualidade, quando pensamos na teoria *Queer*

(VIANNA, 2015; LOURO, 2001; MISKOLCI, 2009) e nos debates que apresentam no campo (aprofundaremos mais à frente). Todavia, optamos por usar os termos orientação sexual e identidade gênero por eles estarem nomeados dentro das políticas de direitos humanos nacional e internacionalmente. Ainda que as duas categorias tenham suas insuficiências elas não foram apropriadas devidamente nos conceitos de formação docente e nos contextos em que estão localizadas as pessoas entrevistadas.

Os termos orientação sexual e identidade de gênero, emergiram pela primeira vez no campo das políticas públicas através do Princípios de Yogyakarta (CORRÊA e MUNTARBHORN, 2006), o que trouxe um maior reconhecimento dos mesmos, de forma que ficassem explícitos tanto a existência das diversas formas de se viver a sexualidade, bem como a importância da incorporação destas questões nas ações de políticas públicas:

Os Princípios de Yogyakarta tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos (CORRÊA e MUNTARBHORN, 2006, p. 08).

Existem documentos atuais, baseados nos Princípios de Yogyakarta (CORRÊA e MUNTARBHORN, 2006), que fornecem um conjunto de informações que ajudam a entender e/ou conhecer os vários tipos de terminologias relacionados à comunidade LGBTQ+, além de nos mostrar os desafios e lutas que a mesma possui. Uma delas vem da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ALGBT), que criou o Manual de Comunicação LGBTQ+ (ALGBT, 2015), que possui em um dos seus objetivos, “reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de 20 milhões de LGBTQ+ no Brasil, seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho” (ALGBT, 2015, p. 05). Outra, publicada pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (2018) traz o compromisso com o público LGBTQ+, apresentando, também, termos e leis relacionados ao mesmo, trazendo o termo LGBTQ+fobia que

emerge principalmente no campo dos direitos humanos, dentro de um grande fluxo de expressões e termos que ganham sentido nos debates entre pesquisa, políticas públicas e movimentos sociais.

Portanto, torna-se necessário destacar os significados de alguns termos aqui mencionados e outros. Tomando como base o Manual de Comunicação LGBT (2015), orientação sexual:

Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (p. 10).

Enquanto identidade de gênero, de acordo com o Manual de Comunicação LGBT (2015), significa:

É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher) (p. 16).

Com isso, torna-se importante trazer, também, os significados de “sexo-biológico” e “sexualidade”, já que ambos então diretamente relacionados ao tema e um entendimento errôneo sobre eles pode gerar confusões em relação aos seus significados. Portanto, de acordo com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (2018), definimos sexo-biológico: “Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem “machos” e “fêmeas” (p. 14). E sexualidades, segundo o Manual de Comunicação LGBT (2015):

Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (p. 09).

Ressalta-se a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e sexualidade. As duas primeiras estão ligadas as políticas de direitos humanos, que emergiu na década de 2000. Já o termo sexualidades surge como uma tentativa não identitária em dizer sobre as performatividades de gênero e sexuais. Segundo Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (2018), “A sexualidade humana é formada por uma múltipla combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais e é basicamente composta por quatro elementos: sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero.” (p. 14).

As instituições educativas como um todo (professores/as, diretores/as, funcionários/as e alunos/as), deveriam estar preparadas para lidarem com o tema gênero e diversidade sexual, pois a escola deve ser um ambiente que promove a diversidade e o respeito às diferenças de todos/as. A orientação sexual está inserida no tema sexualidade discutido dentro de diversas formas nas escolas em diferentes momentos da história, como afirma Altmann (2013):

Se olharmos para a escola a partir de uma perspectiva histórica, poderemos ver as diferentes formas como ela foi conclamada a colocar a sexualidade em discurso e como tais questões estão ligadas a fatos constituídos como problemas sociais no contexto e no momento em que estão situados. Estratégias pedagógicas foram criadas de modo a administrar a sexualidade e a vida social. Assim, as intervenções sobre a sexualidade na escola

passaram por diferentes focos de atenção, como o onanismo, as DSTs, a aids, a chamada gravidez na adolescência e agora o respeito à diversidade sexual (p. 73).

Além disso, os Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs), criados para darem um direcionamento do que deve ser trabalhado nas escolas, abordam sobre os temas transversais, tratando-os como um dos conteúdos a serem trabalhados nas escolas e enfatizam que a educação sexual está inserida nele. “Elaborados em 1996 com o objetivo de estabelecer uma referência curricular nacional, os PCNs apresentam a educação sexual como um tema transversal, nomeado de “orientação sexual”, a ser trabalhado nas escolas brasileiras” (ALTMANN, 2013, p. 74). Altmann (2013) chama a atenção para o termo “orientação sexual” no sentido de “educação sexual” podendo trazer ambiguidade relativos a nomenclatura e destaca que o termo orientação sexual possui outro significado em outros campos. Corroborando com o que Altmann (2013) diz sobre a escola abordar na educação sexual a respeito dos problemas enfrentados pela sociedade em determinados períodos da história, destaca-se o que é abordado nos PCNs (1997):

O conjunto de documentos dos Temas Transversais comporta uma primeira parte em que se discute a sua necessidade para que a escola possa cumprir sua função social, os valores mais gerais e unificadores que definem todo o posicionamento relativo às questões que são tratadas nos temas, a justificativa e a conceitualização do tratamento transversal para os temas sociais e um documento específico para cada tema: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal (p. 45).

Porém, se houve a criação de estratégias pedagógicas para tratar da sexualidade e se os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que as escolas trabalhem esta temática, porque existem pesquisas recentes apontando problemas relacionados a falta de um debate sobre as sexualidades na educação? As escolas estariam abordando este tema correlacionado com os problemas sociais que a

sociedade enfrenta atualmente? Essas estratégias conseguiriam alcançar os temas aqui pesquisados? E se alcançam, estão sendo utilizadas? e principalmente devido à falta dessas discussões, quais são as discriminações sofridas pelos LGBTQ+ dentro das escolas, mais especificamente, nas aulas de educação física?

3.3. Cisheteronormatividade

Pode-se afirmar que, durante muito tempo a sociedade impõem maneiras e comportamentos que cada indivíduo deve ter de acordo com o gênero que possui. Isso impede que as pessoas sejam quem elas são, e estas acabam por agir de acordo com esses padrões impostos. Padrões esses que, estão fielmente associados ao ser heterossexual.

Chegamos, então, ao termo heteronormatividade, que seria a ideia de que a única forma “normal” e “correta” de expressar a sexualidade é a heterossexual, além de trazer o embate entre o masculino e o feminino, sendo o segundo controlado pelo primeiro (TAVARES e TAVARES, 2017). Entretanto, neste trabalho, preferimos usar o termo “Cisheteronormatividade” que além de enfatizar, mais diretamente, as normativas relacionadas a orientação sexual, traz consigo o prefixo “cis” que vem do termo “cisgênero” que caracteriza as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no seu nascimento. Segundo a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (2018), “cisgênero é a pessoa cuja identidade de gênero está alinhada ao seu sexo biológico” (p. 17). Ou seja, o termo cisheteronormatividade enfatiza, também, a ideia de que pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascimento, os/as transexuais (ALGBT, 2015), são anormais. Como abordam Mattos e Cidade (2016), ao trazerem o termo cisheterormatividade:

[...] uma perspectiva cisheteronormativa, ou seja, uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em

detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas. Essa perspectiva cisheteronormativa da psicologia produz descrições universalizantes dos processos tidos como naturais e a patologização da diferença, ao tratá-la como casos desviantes da norma (p. 03).

A ideia da cisheteronormatividade pode ser vista nas aulas de educação física por meio de comportamentos de alunos/as e professores/as, em que meninos e meninas preferem, e as vezes são impedidos/as, não desempenhar certas atividades pelo simples fato da mesma ser atribuída apenas a um gênero. Por exemplo, uma menina pode preferir não jogar futebol por ser taxada de lésbica ao fazê-lo ou pode ser impedida de praticá-lo por seu/sua professor/a considera-lo uma prática exclusivamente masculina. Ou seja, esses problemas podem surgir, também, à medida que professores e professoras reforcem a ideia de que meninos devem manifestar ações exclusivamente masculinas e meninas femininas (ANDRES, JAEGER e GOELLNER, 2015).

Ao definir jovens como lésbicas ou gays pelo seu gosto esportivo, se está colocando em ação a LGBTfobia e ao mesmo tempo afirmando o binarismo de gênero. Portanto, a cisheteronormatividade ao organizar os corpos na sociedade a partir do dimorfismo sexual (pênis-homem/mulher-vagina) e binarismo de gênero (homem-macho/mulher-fêmea), regula desde as roupas até a gestualidade possíveis dos corpos e as práticas que cada um pode vivenciar. Desde modo, a educação física pode ter possibilidades de contestar e/ou transformar as cis-hetero-normas de nossa sociedade, já que essa ideia acaba, também, por impedir que os/as alunos/as tenham diversas experiências motoras.

Para contestar e/ou transformar a heteronormatividade, muitos/as teóricos/as criaram a teoria (ou estudos) *Queer*, que possui como um dos seus objetivos “romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações [...]” (MISKOLCI, 2009, p. 26). Atualmente, nessa mesma perspectiva, os estudos queer se posicionam diante daquilo que se tem analisado como cisheteronormatividade. Ou seja, a teoria *Queer* surge com o intuito de contestar a concepção de que existem formas normais e anormais relativos a

sexualidade e gênero. Concepção esta, presente dentro das escolas, sobretudo nas aulas de educação física, como aborda Silva Jr (2016) ao enfatizar que a heteronormatividade e o binarismo de gênero são concretizados nas aulas de educação física, habitualmente. Louro (2001) ressalta que o maior obstáculo não está em reconhecer que as concepções de gênero e sexualidade se expandiram, e sim que é utópico pensar em uma forma de se trabalhar com elas atrelado a ideais binários.

A teoria Queer pode fornecer questionamentos importantes de como mudar a forma que tratamos as sexualidades e as identidades dentro das escolas, com o intuito de mostrar que não ser heterossexual não é sinônimo de anormal e de que não existem formas padronizadas de ser e agir para cada gênero.

[...] uma pedagogia e um currículo queer 'falam' a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos queer. Uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão de existência (LOURO, 2001, p. 12).

3.4. LGBTfobia

A escola possui papel importante na formação do pensamento crítico das pessoas, além de oportunizar que crianças e adolescentes estejam em contato com vários indivíduos de diversas religiões, classe sociais, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros. Vemos na mídia e no cotidiano muitos problemas relacionados ao machismo, LGBTfobia, fanatismo etc., porém ainda são pouco trabalhados no contexto escolar. Neste cenário o uso da expressão ideologia de gênero, analisado por uma perspectiva cisheteronormativa, tem sido um modo de desclassificar os argumentos em favor da equidade das sexualidades. Esses argumentos, articulados pelos movimentos de mulheres e LGBT+, constituem uma variedade de grupos, pessoas, organizações etc. que são acusados de distorcer

uma realidade “natural” dos sexos e dos gêneros. Essa acusação é elaborada por posições reacionárias organizadas internacionalmente.

Em tais discursos, a “teoria/ideologia de gênero” é apontada como uma forma de “doutrinação neototalitária”, de raiz marxista, atea, mais opressiva e perigosa do que o marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade. Uma ideologia que serviria de referência, por exemplo, à Organização das Nações Unidas (ONU). Essa é razão que explica, em grande parte, por que os cruzados usam com certa frequência o termo *gender* em inglês e itálico: para lhe conferir uma conotação negativa, promover estranhamento, desconfiança e hostilidade e, assim, o rechaço de um conteúdo objetivado como propaganda, imposição do imperialismo cultural dos Estados Unidos, da ONU, da Organização dos Estados Americanos, da União Europeia (“Gayropa”), das agências internacionais e corporações transnacionais⁴⁹, todas elas dominadas por lobbies gays, feministas, que, com seus aliados, garantiriam a hegemonia da ideologia *gender* (Junqueira, 2018, p. 462-463).

É necessário que as instituições estejam atentas aos problemas sociais que a sociedade enfrenta, para que ela possa trazer o debate destes para as salas de aula, visando combater essas discriminações. De acordo com Altmann (2013), historicamente as escolas têm sido cobradas a inserirem no seu plano de ensino conteúdos que abordem os problemas sociais enfrentados pela sociedade em cada momento da história, como por exemplo, as doenças sexualmente transmissíveis. Tomando como base a fala de Altmann, se as escolas foram acionadas a discutirem problemas sociais no passado, atualmente elas deveriam ser alertadas sobre as dificuldades e os preconceitos que o público LGBTQ+ enfrentam diariamente, que também são problemas sociais.

Entender sobre orientação sexual e identidade de gênero vai muito além da heterossexualidade e da questão homem e mulher. É claro que discutir o machismo faz parte da discussão das sexualidades, uma vez que ele também é um problema social vigente e a sua discussão contribui para a solução de problemas relativos à diversidade sexual. As consequências do machismo refletem dentro das escolas e nas aulas de educação física. Altmann, Ayoub e Amaral (2011) afirmam que

alguns/as professores/as preferem separar meninos de meninas em suas aulas pelo fato das meninas apresentarem um menor desempenho em relação aos meninos, e isso atrapalharia o desenvolvimento da aula gerando conflitos. Normalmente, ainda segundo as autoras, a maioria dos meninos possuem mais facilidade para desempenhar as atividades propostas nas aulas de educação física, além de se apresentarem mais motivados para a realização da disciplina. Isso ocorre pelo fato de que historicamente os garotos são mais incentivados a praticarem mais atividades físicas, ou seja, as diferenças de habilidades entre as meninas e os meninos são originadas de construções sociais. Além de que, mesmo com muitos estudos provando o contrário, ainda existem professores/as que dividem as suas turmas entre meninos e meninas por acharem que habilidades físicas dos homens são superiores à das mulheres (LOURO, 1997).

Ao evitar a diversidade e os conflitos dela decorrentes, corre-se o risco de contribuir para que sejam exacerbadas atitudes de intolerância, preconceito, homofobia e discriminação não apenas entre meninas e meninos, mas entre os sujeitos de forma geral. Perceber e enfrentar os conflitos que surgem, assim como aqueles velados ou disfarçados, consiste num importante desafio da educação. (ALTMANN; AYOUB; AMARAL; 2011, p. 499)

Portanto, enfatiza-se, novamente, a necessidade de maiores discussões dos temas orientação sexual e identidade de gênero nas escolas, sobretudo nas aulas de educação física, com o intuito de melhorar o entendimento dos/as alunos/as e combater a discriminação e os estereótipos. Trazê-los para dentro da escola é de extrema importância, em virtude de que a escola é um lugar onde se promove a socialização e o respeito humano, além de possuir grande influência na construção do caráter dos/das alunos/as. Discutindo estes temas nas escolas, estaríamos contribuindo para a diminuição de vários problemas sociais, que vão do machismo até a LGBTfobia.

De acordo com Silva (2017, p. 108), “o discurso da LGBTfobia mostra a repulsa, o pavor da contaminação, e o receio dessa proximidade ruir as amarras que sustentam o padrão da heterossexualidade do sujeito”, sujeito este denominado

LGBTfóbico. Portanto, a LGBTfobia se caracteriza pela não aceitação e/ou discriminação relacionados a orientação sexual e/ou identidade de gênero (SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018), ou seja, de pessoas que não se encaixam nos padrões cisheteronormativos impostos pela sociedade. É importante ressaltar a utilização do termo LGBTfobia ao invés de homofobia, já que alguns documentos trazem os dois termos como sendo uma “extensão” um do outro, como faz o Manual de Comunicação LGBT (ABLGT, 2015). Além disso, o uso do termo LGBTfobia no lugar de homofobia, expande até onde essas violências realmente chegam, ao utilizarmos a homofobia centralizamos as discriminações apenas a homens homossexuais (ainda que existam mulheres homossexuais), sendo que bissexuais, travestis, transexuais, etc fazem parte do movimento LGBT, como aborda Paschoal (2017): “A escolha por adotar o termo LGBTfobia, e não homofobia, reflete um desejo de não centralizar as pautas dos movimentos LGBTs, ainda que simbolicamente, nas reivindicações associadas aos homens homossexuais brancos” (p. 21).

A ideia de não focarmos apenas com os problemas enfrentados pelos homossexuais, nos leva a abordar sobre algumas problemáticas enfrentadas por travestis e transexuais na vida social, sobretudo dentro das escolas, que podem ser considerados LGBTfobia.

Primeiramente, o uso do banheiro, Cruz (2011) traz o questionamento sobre qual banheiro travestis e transexuais deveriam usar nas escolas e de qual seria a melhor forma de resolver este problema. Se pensarmos na educação física este uso do banheiro se estenderia ao uso dos vestiários que também, como os banheiros, representados por meio de um contexto cisheteronormativo, trazendo a imposição do binarismo de gênero, que dificulta ainda mais a vida de indivíduos não cisgêneros, á medida que a sociedade, principalmente nas escolas, adota a ideia de anormalidade a indivíduos fora dos padrões cisheteronormativos.

Temos, portanto, que o modo de organização dos banheiros não é algo tão “inocente” ou “natural” como poderíamos supor. A racionalidade que vigora nestes espaços está a serviço de reafirmar a heteronormatividade e a perspectiva binária do gênero. Justo o espaço do banheiro, tão dedicado as

funções “naturais”, disfarçadamente (?) precisou ser esquadrihado para controle dos corpos, das sexualidades e dos gêneros! (CRUZ, 2011, p. 09).

Seguimos com outra problemática, o nome social. Apesar de existirem leis que regulamentam o direito ao acesso à educação e do uso do nome social, Silva Jr (2016), em sua pesquisa, ressalta as dificuldades que travestis e transexuais enfrentam em relação a essas temáticas. De acordo com o autor, muitos/as deles/delas deixam de frequentar as escolas por medo de sofrerem preconceito e quando decidem “encarar” as instituições, têm seus direitos violados, principalmente em relação ao seu nome social, em que o mesmo é ignorado e as pessoas insistem em chama-los/las pelo seu nome civil atribuído no nascimento (SILVA JR, 2016).

Ainda de acordo com o autor, o nome social possui um valor enorme para essas pessoas, visto que, é a forma com os/as mesmos/as se enxergam e querem ser vistos.

Para grande parte das (os) travestis e transexuais, a utilização do nome social em detrimento do nome civil parece propiciar uma sensação de conforto e satisfação. Parece ainda garantir, de alguma maneira, o reconhecimento de outros sujeitos sobre seus processos de fabricação, tanto naquilo que remete a seus corpos, como também às suas identidades (SILVA JR, 2016, p. 11).

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009) traz um conjunto de ações que deverão/deveriam ser feitas para “[...] promover uma mudança não apenas nas condições de vida, mas também nas relações sociais e na cultura brasileira para o reconhecimento das pessoas LGBT como cidadã (o)s e sujeitos de direitos” (BRASIL, 2009, p. 20). Em duas dessas estratégias, é proposto ações relativas ao nome social que está relacionado ao uso do banheiro: “Propor a inclusão da identidade de gênero e nome social nos registros de ocorrência policial em delegacias.” (BRASIL, 2009, p. 25) e “Promover medidas que permitam o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público federal, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas.” (BRASIL, 2009, p. 31). Ou seja, existem políticas públicas que

trazem a importância de estarmos atentos a essas problemáticas, porém elas ainda são deixadas de lado, por serem consideradas de menor importância.

4. ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: UM CONHECIMENTO PRECÁRIO ENTRE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

É inegável que os temas relacionados a orientação sexual e identidade de gênero surgem e precisam ser discutidos nas aulas de Educação Física e na escola como um todo. Nesta pesquisa o principal foco, além do levantamento bibliográfico, foi a análise da concepção dos/das professores/as em relação a orientação sexual e identidade de gênero através de uma entrevista semiestruturada (Apêndice I) com seis perguntas. Por meio dessas perguntas, também procuramos solucionar alguns questionamentos que surgiram e foram citados ao longo deste trabalho. Com isso, neste tópico, iremos trazer a análise apenas das respostas que possuíram maior relevância e atenderam os objetivos da pesquisa. Ressaltamos que os nomes dos/das professores/as utilizados na análise de dados são fictícios, para que se fosse mantido em anonimato a identidade dos/das participantes.

Em uma das perguntas foi questionado sobre se os/as professores/as conheciam, e se conheciam, o que eles/elas entendiam acerca desses temas especificamente. Foi visto que dos/das oito professores/as entrevistados/as sete disseram conhecer os temas, porém apenas três os definiram de modo mais atualizado e/ou e de modo a produzirem formas de reconhecimento para pessoas LGBTQ+. Utilizamos o seguinte questionamento: “Você conhece os termos orientação sexual e identidade de gênero? Se sim, o que você entende sobre eles?”. Vejamos algumas falas:

a) Não conheciam o tema:

Eu não conheço, vou ser bem sincera eu não conheço assim mais profundamente esses dois temas sabe? Eu falo que a gente precisa saber, porque para mim são termos novos sabe? Então eu me sinto um pouco ignorante sobre esses dois temas, é um caso que sinceramente eu gostaria de conhecer mais (LETÍCIA, 2019).

b) Conheciam, mas não conseguiram definir:

Orientação sexual é a maneira da... do aluno ou do ser, de escolher a sua parte, ééé sexual, mas através de uma orientação e o caso da identidade é que a pessoa... ela constrói em si essa identidade sexual né, homem e mulher, mulher ou homem, alguma coisa assim (BRUNO HENRIQUE, 2019).

Um pouco, o que eu entendo de orientação sexual, parece que este termo está caindo por terra, hoje parece que não se fala mais orientação sexual sabe? Se fala opção, bom... é porque isso me confunde um pouco, porque a gente vê hoje tantos termos (GABRIEL, 2019).

Olha, eu acredito que orientação sexual é aquela que a pessoa já tem intrinsecamente, né, já nasce com ela. Identidade de gênero é aquilo que ela vai adquirindo de acordo com a com que ela vai vivenciando no dia a dia tanto com família quanto na sociedade (ROBERTA, 2019).

Identidade de gênero na verdade é como Vou te falar o que eu entendo eu posso até falando um pouco de besteira na verdade... é como você tem essa identidade, mas uma orientação... você vai passar... essa identidade... por exemplo, ó eu nasci homem, eu nasci mulher então você tem essa identidade e a sua orientação passa a ser aquilo que você começa a construir perante talvez ... ao contexto social, aquilo que talvez chamasse atenção, não sei (ÉVERTON, 2019).

c) Conheciam e definiram o tema:

A orientação sexual eu entendo que é quando a pessoa já está se definindo como homossexual ou heterossexual ou então aquela pessoa que gosta deee... que tem a preferência pelos dois lados que seria o bissexual e identidade de gênero é você se identificar por exemplo, você ser mulher e agir com mulher então, ser homem e se identificar como homem, mas também pode ter o ser homem mas se identificar com mulher aí você faz o transgênero né, nesse sentido (BÁRBARA, 2019).

Sim, conheço, talvez não muito, mas o que eu entendo que ... seria como a pessoa se vê sendo do sexo masculino ou feminino e não só com relação aos, a sua, ao seu sexo de nascença né e sim como ele se identifica ... pode ser também... se ele é uma menina identifica como um menino ou ao contrário, seria também.. tem pessoas também que se sentem como de um outro sexo, mas tem atração pelo mesmo, por exemplo. Não sei se seria esse objetivo assim, tão específico (DIEGO, 2019).

Então, eu entendo sobre orientação sexual como, por exemplo, heterossexual, homossexual, bissexual, essas coisas. E por identidade de gênero eu entendo pelo que a pessoa se reconhece, por exemplo você tem um corpo de homem, mas se identificar com uma mulher (MARIA, 2019).

Percebe-se uma grande insegurança na fala dos/das professores/as ao definirem os termos, isso pode acontecer pelo fato dos/as mesmos/as terem medo de apresentarem em seus discursos ideias e conceitos discriminativos e/ou pelo fato destes temas não serem muito abordados durante a graduação, resultando na falta de conhecimento dos/das profissionais de Educação Física. Entretanto, ainda que não tenham um aprofundamento sobre os temas, nestas respostas fica claro que o tema chegou até eles/elas. O que nos leva a pensar se os/as mesmos/as já incluíram estes temas nas aulas de Educação Física e/ou se enxergam estes temas como um conteúdo da Educação Física Escolar, independente se tiverem acesso ou não a eles em suas formações. Andres, Jaeger e Goellner (2015) afirmam, em sua pesquisa que entrevistaram alunos/as de Educação Física acerca dos temas de sexualidade e gênero que os/as mesmos/as não possuem condições de trabalhar estes nas aulas e enfatizam a importância da presença dos mesmos na formação docente.

[...] percebemos certo despreparo para enfrentar as tensões presentes nas aulas quando envolvem temas sobre as questões de gênero e de sexualidade. Tal percepção indica o quanto essas temáticas precisam começar a ocupar as discussões e debates presentes nos cursos de formação docente e continuada (p. 10).

Em relação a falta de abordagem dos temas citados nos cursos de licenciaturas em Educação Física e se os/as professores/as trabalham os mesmos em suas aulas, podemos problematizar se eles são considerados relevantes para estarem presentes na grade curricular das universidades e no projeto político pedagógico da escola. Consideramos essa relevância na concepção dos/das docentes e discentes das universidades, bem como se tais temáticas são conhecidas pelas pessoas envolvidas no contexto formativo, visto que, todos/as fomos/somos produzidos no contexto cisheteronormativo. Destacamos, em nossas entrevistas, a pergunta: “A partir de qual faixa etária você trabalharia esses temas (orientação sexual e identidade de gênero)? Por quê? ”. Encontramos nas respostas dos/as professores/as, alguns argumentos em que foi relatada a falta da abordagem destes temas na formação superior e/ou a importância da mesma para o curso de Educação Física:

Então eu acho que com essas novas formações com essas mudanças, não sei se no currículo da universidade, na formação dos professores isso com certeza daqui um tempo isso vai ser importante... poucos sabem ou as vezes sabem, mas na prática não implanta e aí cai aquela questão: você vê, você perceber, de você agir e de você reunir essas questões e começar a avaliar, então falta bastante isso aí nas nossas aulas de educação física, nos nossos cursos de formação [...] (BRUNO HENRIQUE, 2019).

É um cuidado que a gente tem que ter e eu não tive uma preparação acadêmica pra isso (GABRIEL, 2019).

[...] eu acho que durante a graduação a gente devia ter mais momentos de discussão sobre isso, eu não sei como funciona nos outros cursos né, de outras licenciaturas, meu vejo que na educação física isso é muito pouco discutido, é muito pouco falado, por exemplo, durante a minha graduação que eu me recordo agora, a gente teve uma pequena... pouca coisa assim, discussão sobre esses temas em uma disciplina, mas foi o que... um seminário que no dia tinha três apresentações sobre três temas transversais diferentes, então assim, não dava tempo de aprofundar, não dava tempo de discutir muito, de recorrer a experiências, então eu creio que devia ter mais espaço para a discussão sobre esses temas durante a graduação, mais

palestras, mais... trazer pessoas que sofrem esse tipo de preconceito para conversar na graduação [...] (MARIA, 2019).

Colocar a culpa da falta de discussões destes temas apenas nas universidades é injusto, visto que os/as profissionais de Educação Física podem e devem procurar uma formação continuada após se formarem, por meio de cursos, palestras, congressos, etc. Porém, pelas falas, é possível localizarmos como que a formação docente também é produzida dentro do contexto cishetenormativo, algo que pode se relacionar com a incapacidade dos/das docentes conseguirem ver e analisar a LGBTfobia nos contextos escolares onde trabalham, ou seja, podemos questionar se a falta de discussões acerca das sexualidades e identidades influenciam na forma de identificar certos conflitos nas aulas de educação física. Por meio desta pesquisa, encontramos conflitos de informações, vários/as professores/as entrevistados/as relataram nunca terem presenciado e/ou ouvido falar sobre casos de preconceito e/ou exclusão de pessoas da comunidade LBGT+ dentro das escolas e outros/as afirmaram conhecerem apenas um caso isolado. Esses dados não condizem com pesquisas feitas recentemente, por exemplo, a pesquisa feita pela ABLGBT (2016) que teve como objetivo “mapear as experiências de estudantes LGBT nas instituições educacionais [...]”. Os resultados desta pesquisa são alarmantes e mostram como as escolas estão despreparadas para enfrentar a LGBTfobia. Os resultados encontrados foram: “73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual; 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero; 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual; 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero; 36% dos/das respondentes acreditaram que foi “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões; 60% se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual; 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero”. (ABLGBT, 2016).

Comparar esses dados com as entrevistas desta pesquisa nos faz ter alguns questionamentos: os/as professores/as de Educação Física seriam incapazes de

perceber a LGBTfobia em suas aulas e em outros ambientes da escola e/ou teriam vergonha e/ou medo de confessarem ter presenciado situações LGBTfóbicas em que foram incapazes de tomar uma atitude? Por meio das perguntas “Você já presenciou casos de exclusão em relação a orientação sexual e/ou identidade de gênero nas suas aulas? Se sim, qual atitude você tomou?”, dos oito professores/as entrevistados, sete disseram nunca terem presenciado e apenas um abordou que provavelmente pode ter ocorrido e o/a mesmo/a não percebeu. Já na questão “Você possui conhecimento de algum acontecimento referente a orientação sexual e identidade de gênero em escola? Se sim, qual foi?”, seis professores/as relataram ter conhecimento de algum fato, porém apenas um relatou ter sido um caso mais “problemático”. Seguem alguns relatos dos/das professores/as.

- a) Não presenciaram e/ou não possuem conhecimento de algum acontecimento:

Não, nunca presenciei esse tipo de situação em escola, daí não foi preciso tomar atitude nenhuma sabe, nunca presenciei apesar de a gente ver situações como você falou, de homossexualidade, os meus alunos encararam assim... com tranquilidade, até com respeito. (GABRIEL, 2019).

Atualmente dentro das escolas que eu trabalho não. Eu to tentando lembrar se algum dos meus amigos conversaram comigo com relação a isso, a algum caso que pode ser também, mas dentro dessa escola que eu trabalho, das escolas que eu trabalho no momento não, no momento não porque, em uma escola assim os meninos são menores e outra que a escola os meninos são maiores, mas esse acontecimento mesmo ééé... não existe, não existiu com a minha presença entendeu? (BRUNO HENRIQUE, 2019)

Não, não tenho conhecimento não, de nenhum acontecimento referente a orientação sexual e identidade de gênero, pelo menos aqui na escola onde eu trabalho não. Eu trabalho do sexto ao nono, né, e nunca observei esse tipo de situação. Nunca aconteceu. (ROBERTA, 2019)

- b) Possui conhecimento:

Sim, eu já. Há muitos anos, anteriores que eu trabalhei aconteceu sim na escola que eu trabalhei. O menino era do quarto ano, inclusive, foi na minha aula, quer dizer, não foi na minha aula. Os alunos chegaram perto de mim e falaram que o menino tava levando os outros meninos e tocando nas partes íntimas no banheiro na hora do recreio. Aí ele foi levado até a direção da escola e a direção chamou os pais das crianças envolvidas. (LETÍCIA, 2019)

Precisamos inquirir se o modo como a cisheteronormatividade organiza os corpos (falas, gestualidade, roupas, vocabulário etc.) na educação física impede que a LGBTfobia seja identificada, tanto por docentes como por discentes. Louro (2009) enfatiza que a hetenormatividade parece ter mais força sobre o gênero masculino, algo também entenderíamos para a cisheteronormatividade. Dessa maneira, ainda segundo a autora, por influência da nossa cultura as relações de amizade entre meninas que possuem mais intimidade, afeto e contato físico são consideradas normais, ou seja, as que possuem este tipo de relação não são consideradas “anormais” (homossexuais). Todavia, este tipo de amizade não é considerado comum quando relacionado aos meninos, os hábitos que caracterizam a masculinidade são pautados na repulsa de hábitos e/ou padrões femininos (LOURO, 2009).

A “camaradagem” masculina tem outras formas de manifestação: poucas vezes é marcada pela troca de confidências e o contato físico, ainda que seja plenamente praticado em algumas situações (nos esportes, por exemplo), se dá cercado de maiores restrições entre eles do que entre elas (não só quanto às áreas do corpo que podem ser tocadas como do tipo de toque que é visto como adequado). (LOURO, 2009, p.91)

Com isso, a cisheteronormatividade pode sim acabar por “esconder” as relações homoafetivas entre pessoas do gênero feminino e impedir o mesmo com casais masculinos, regulando os corpos às normas cisheteronormativas, de forma a dificultar que professores/as consigam perceber situações de LGBTfobia e outras situações relacionadas dentro das escolas, sobretudo nas próprias aulas.

Outro aspecto que podemos analisar, é de quem seria o papel de abordar os temas dos gêneros e das sexualidades dentro das escolas e de que forma isso poderia acontecer. É claro que neste trabalho defendemos que a Educação Física deve ser uma a possuir esse papel, colocando-os para interagir, de forma que os/as mesmos/as se mostrem como são, ela também é um campo que está totalmente relacionado aos corpos e suas maneiras de ser e agir. A partir deste pensamento, em nossa entrevista por meio dos questionamentos: “Você considera importante trabalhar esses temas nas aulas de educação física? Por quê?” e “Os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam que os professores devem trabalhar temas transversais em suas aulas. Que são: ética, orientação sexual, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, trabalho e Consumo e orientação para o trânsito. Desses temas quais você já trabalhou com seus alunos?”, foi possível notar que todos/as os/as professores/as consideram importante trabalhar estes temas na educação física e apenas dois disseram ser necessário esta abordagem em escolas e/ou turmas que ocorressem algum tipo de problemas em relação aos temas. Porém, apenas três disseram já terem trabalhado, sendo que dois/duas destes relataram abordar muito pouco, apenas em casos onde surgiram necessidade. Seguem algumas falas:

a) Consideram importante:

Eu acho que é importante sim, porque são coisas recorrentes do dia a dia, que vão estar presentes em qualquer ambiente seja na escola, no trabalho e eu creio que desde os pequenos a gente tem que ensinar o respeito com o próximo e o que a criança pode encontrar futuramente sabe, e a educação física muitas vezes ela é o meio de reafirmar alguns padrões, algumas coisas que a gente já... que a gente cresceu e a gente reproduz mesmo sem pensar. (MARIA, 2019)

Eu considero importante sim porque são temas muito presentes na vida de todo mundo da nossa sociedade, só que eu tenho um pouco de, não sei se é restrição a palavra correta, de como inserir esses temas nas aulas, mas eu acho que sim, são muito importantes de serem trabalhados sim. (DIEGO, 2019)

b) Consideram importante se:

Eu acharia importante trabalhar se fosse um caso que... tão evidente, que fosse assim recorrente, acharia importante trabalhar. Eu gosto muito de trabalhar as questões em relação ao ambiente, ta certo? Se existe bullying, eu vou trabalhara alguma coisa relacionada ao bullying, mas eu não vou ... a educação física, ela é muito ampla, é muita coisa pra ser discutida, então eu não vou ficar perdendo tempo, entre aspas, perdendo tempo entre aspas com um assunto que não é recorrente nas minhas aulas ou no cotidiano da escola, então pra mim eu acho que não convém, mas é importante frisar é importante trabalhar, é importante. (GABRIEL, 2019)

É perceptível que as falas dos/das professores/as são orientadas pela cisheteronormatividade, e nenhum/a deles/delas se baseiam em políticas públicas, como o Plano Nacional de Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009). As instituições como um todo deveriam estar preparadas para trabalhar e discutir estes temas. Para um ensino de qualidade poderíamos pensar em um trabalho multidisciplinar, aonde todos os/as professores/as e funcionários/as das escolas estivessem preparados/as para “lidar” com os temas, de forma que cada um abordasse os mesmos da sua maneira e da forma mais cabível a sua disciplina e/ou função. Poderíamos nos basear na pedagogia *Queer* abordada por Louro (2001), uma pedagogia pautada na desconstrução de padrões heteronormativos; de ideais que prejudicam as minorias; da existência do dominador e do subordinado; “a diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito” (LOURO, 2001, p. 10). Porém, ainda segundo a autora, a pedagogia *Queer*, apesar de inspiradora, necessita de estar melhor formulada:

Efetivamente, os contornos de uma pedagogia ou de um currículo queer não são os usuais: faltam-lhes as proposições e os objetivos definidos, as indicações precisas do modo de agir, as sugestões sobre as formas adequadas para ‘conduzir’ os/as estudantes, a determinação do que ‘transmitir’. A teoria que lhes serve de referência é desconcertante e provocativa. Tal como os sujeitos de que fala, a teoria queer é, ao mesmo tempo, perturbadora, estranha e fascinante. Por tudo isso, ela parece

arriscada. E talvez seja mesmo... mas, seguramente, ela também faz pensar (LOURO, 2001, p. 12).

Não basta apenas falarmos que existem gays e lésbicas, existem diversas formas de existência das sexualidades e a cisheteronormatividade tenta regulá-las. Precisamos ressaltar que pessoas cisgêneras, incluindo gays, lésbicas e bissexuais, sofram menos que pessoas que se auto se identificam como transexuais e travestis, e estes acabam por serem os que mais desconstruem o conceito cisheteronormativo. Segundo o Manual de Comunicação LGBT (ABLGBT, 2015), travesti é a “Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade” (ABLGBT, 2015, p. 18) e, muitas vezes, não sentem a necessidade de modificar seus corpos, ou seja, uma pessoa travesti pode possuir uma “aparência feminina” e ter um pênis. Essas características confrontam a cisheteronormatividade nas questões de orientação sexual e identidade de gênero, resultando que pessoas que as possuem sejam mais atingidas pelas normas cisheteronormativas. Entretanto, precisamos ressaltar que homens e mulheres homossexuais cisgêneros que possuem “o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos” (CORREA E MUNTARBHORN, 2006) que fogem do “padrão” cisheteronormativo, ou seja, um homem gay classificado como “afeminado” ou uma lésbica considerada “muito masculinizada”, também são alvos mais “fáceis” das cis-hetero-normas que transexuais que produziram uma passabilidade cisheteronormativa.

5. CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa podemos afirmar que produção e reprodução da cisheteronormatividade é algo presente na sociedade como um todo e de forma específica organiza e distribui os corpos LGBTQ+ no contexto escolar, dentro de um regime marcadamente LGBTQfóbico, seja com a convivência ou resistência de docentes. Todavia, um vocabulário mais inclusivo, ainda que insuficiente está em curso, não sendo possível afirmar como o reconhecimento de LGBTQ+ se desdobra neste contexto LGBTQfóbico em que vivemos no Brasil.

Pelos diálogos realizados com textos de pesquisadores/as foi possível perceber discussões qualificadas sobre gênero e sexualidades desde o final da década de 1990, reconhecendo a importância dos textos de Guacira Lopes Louro para pesquisas na área da Educação. Essa autora se aproximando de teóricos como Michel Foucault e Judith Butler, analisou como a noção de heteronormatividade e homofobia se tornam analisadores importantes das lógicas curriculares e sociais (LOURO, 2009). Também foi possível perceber o desdobramento de uma semântica na pesquisa e em políticas públicas dessas noções. Assim, a articulação pelas transfeministas da noção de cisheteronormatividade, a proposição da expressão LGBTQfobia pelos/as ativistas LGBTQ+ por determinados grupos de pesquisadores/as tornou-se importante para nossas análises nesta pesquisa.

No âmbito da Educação Física Escolar, apesar de existirem poucas pesquisas relacionadas aos temas aqui discutidos, encontramos boas discussões, feitas principalmente pelas pesquisadoras Helena Altmann e Silvana Vilodre Goellner, que nos mostram de que maneira os temas de sexualidade e gênero surgem nas aulas de Educação Física e de como esta disciplina possui um papel significativo tanto na construção do contexto cisheteronormativo, bem como na desconstrução do mesmo.

Por fim, as entrevistas com docentes da Educação Física da Educação Básica de escolas em duas cidades de médio porte, próximas da grande Belo Horizonte, além de nos trazer alguns questionamentos que não conseguimos

responder, indicou-nos como as noções de identidade de gênero e orientação sexual ainda têm sido pouco apropriadas por professores/as da disciplina Educação Física. Isto surge como problema de muitos modos. Um deles é ao pensarmos a importância desta disciplina nas discussões acerca do corpo e suas formas de expressão. Já que a cisheteronormatividade, ao regular os corpos no ambiente educacional como um todo, inserida também nas concepções e ações de docentes e discentes, traz uma Educação Física marcada por contextos LGBTfóbicos, aonde gestos corporais, gostos esportivos e vestimentas são padronizados aquilo que é considerado normal, resultando em uma Educação Física que pode excluir e/ou regular indivíduos fora das cisheteronormas. Outra questão problemática é quando pensamos que o Brasil é signatário do documento Princípios de Yogyakarta (CORREA e MUNTARBHORN, 2006) que elaborou aquelas noções. Os/as colaboradores/as da pesquisa revelaram possuírem baixo conhecimento da existência das noções de orientação sexual e identidade de gênero, em sua maioria, não possuem conhecimento suficiente acerca dessas e não se sentem preparados/as para trabalhar com elas em suas aulas. Percebemos que este último, acontece pelo fato dos/das professores/as entrevistados/as não terem tido uma formação acadêmica que explorasse os temas. Isso pode estar diretamente relacionado a cisheteronormatividade que acaba por regular desde as formas de agirmos, até o que consideramos ser relevante de ser abordado nas universidades, por exemplo. Foi possível notar que os/as professores/as veem a importância de terem acesso aos temas de diversidade sexual e de gênero, dessa maneira, sugere-se uma atualização das grades curriculares dos cursos de Educação Física em Licenciatura, a fim de incluir disciplinas que abordem gêneros e sexualidades, bem como suas possibilidades e dificuldades. Outros estudos são necessários para buscar analisar em quais faixas etárias deve-se trabalhar os temas, bem como a metodologia mais adequada a ser utilizada.

REFERÊNCIAS

ALGBT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Manual de Comunicação LGBT**, Curitiba: ABGLT, 2015.

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 13, p. 69-82, abr, 2013.

ALTMANN, Helena, AYOUB, Eliana, AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em educação física: “Meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar?”. **Estudos feministas**, Florianópolis, p. 491 – 501, mai-ago, 2011.

ANDRES, Suélen de Souza, JAEGER, Angelita Alice, GOELLNER, Silvana Vilodre. Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFSC). **Revista de Educação Física/UEM**, v. 26, n. 2, p. 167-179, 2015.

ANTUNES, Debora Christina; ZUIN, Soares; ÁLVARO, Antônio. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**; v. 20, n. 01, p. 33-41, jan-abr, 2008.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico racial, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, pessoas com necessidades especiais (deficiência) e socioeconômica*. São Paulo: FIPE/MEC/INEP, 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf>. Acesso em 28 de março de 2018.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Análise dos resultados. In: _____.(org.). **Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2011. p. 27-81. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>>. Acesso em 04 de julho de 2019.

Brasil. Plano nacional de promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT. (PNLGBT) (2009). Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n.1 (3), p. 68-80, jan-jul, 2005.

CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vitit. (2006). **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta/Indonésia, 2006. Disponível em: www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 09 de junho de 2019.

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, Travestis, Relações de Gênero e Diferenças no Cotidiano da Escola. **Psicologia Política**, v. 11, n. 21. p. 73-90. jan. – jun. 2011.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf/>>. Acesso em 04 julho de 2019.

FAGGION, Carlos Alberto. A prática docente dos professores de Educação Física no Ensino Médio das escolas públicas de Caxias do Sul. **Ciências e Artes**, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 01-24, jul-dez, 2011

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, v.1, n.2, p. 71-83, mar, 2010.

HENRIQUES, Ricardo *et al.* Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas – 2006/2007. In: HENRIQUES, Ricardo *et al* (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília– DF: 2007, p 47-49.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 julho de 2019.

LOURO, Guacira Lopes Louro. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós- estruturalista. In: (____). **A construção escolar das diferenças**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In. JUNQUEIRA, Rogério. Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**, v. 32. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.2, p.541-553, 2001.

MATTOS, Amana Rocha, CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out, 2016.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan.- jul. 2009.

PASCHOAL, Júlio Emílio Cavalcanti. **LGBTfobia e justiça restaurativa**. 2017. Monografia Final de Curso para obtenção do título de Bacharel em Direito - Universidade Federal de Pernambuco/CCJ/FDR, 2017.

PEREIRA, Raquel Stoiolov, MOREIRA, Evando Carlos. A participação dos alunos do ensino médio em aulas de Educação Física: algumas considerações. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 121-127, 2005.

Redação Galileu, 2012. **Jovens homossexuais têm mais tendência ao suicídio**. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI226806-17785,00JOVENS+HOMOSSEXUAIS+TEM+MAIS+TENDENCIA+AO+SUICIDIO+DI Z+ESTUDO.html>. Acesso em: 28 de março de 2018.

SÃO PAULO. GOVERNO DO ESTADO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. 3ª ed. São Paulo: SJDC/SP, 2018. 47 p. Disponível em: http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. A organização do conhecimento escolar: Áreas e Temas Transversais. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (Org). **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997, p 44-45.

SILVA, Filipe Antônio Ferreira. O Debate Da LGBTfobia na ANPED: Epistemologias do ARCO – ÍRIS. **Revista Sociais & Humanas**, v. 30, n. 3, 2017.

SILVA, Siomara Aparecida. Ensino dos jogos esportivos na Educação Física escolar: o desenvolvimento da capacidade de jogo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 23, n.1, p. 95-102, 2015.

SILVA JR, Jonas Alves Da. Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 173-189, jan./abr. 2016.

TAVARES, Marie Luce; TAVARES, Ana Carolina. Educação para a Diversidade: (Des)construindo as relações de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar no Ensino Médio. In: NOGUEIRA, V, A; FARIAS, U, S; MALDONADO,

D, T. **Práticas Pedagógicas inovadoras nas aulas de Educação Física Escolar: indícios de mudanças**. Edição: 2. Curitiba: Editora CRV, 2017.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul-set, 2015.

.

Apêndice I

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam que os professores devem trabalhar temas transversais em suas aulas. Que são: ética, orientação sexual, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, trabalho e Consumo e orientação para o trânsito. Desses temas quais você já trabalhou com seus alunos?
2. Você conhece os termos orientação sexual e identidade de gênero? Se sim, o que você entende sobre eles?
3. Você já presenciou casos de exclusão em relação a orientação sexual e/ou identidade de gênero nas suas aulas? Se sim, qual atitude você tomou?
4. Você possui conhecimento de algum acontecimento referente a orientação sexual e identidade de gênero em escolas? Se sim, qual foi?
5. Você considera importante trabalhar esses temas nas aulas de educação física? Por quê?
6. A partir de qual faixa etária você trabalharia esses temas? Por quê?

Apêndice II

Prezado (a) Senhor (a);

Eu, Vítor Luiz Rocha Rodrigues, aluno do curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura, da Universidade Federal de Ouro Preto, e meu orientador, Prof. Dr. Marco Antônio Torres, viemos convidá-lo(a) a participar como voluntário (a) da pesquisa monográfica intitulada: “Orientação sexual e Identidade de gênero nas aulas de Educação Física”.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como professores/as dialogam, ou não, com as questões sobre orientação sexual/identidade de gênero nas aulas de Educação Física da Educação Básica.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de participação em entrevista, como não será possível anotar todas as respostas, solicitaremos sua autorização para o uso do gravador. Você pode escolher o melhor local e horário para que possamos realizar a entrevista.

Sua participação é voluntária, não havendo remuneração para esta tarefa. Você é livre para retirar esse consentimento, bem como desistir a qualquer momento da pesquisa ou se recusar a responder qualquer questão específica do questionário, sem que isso lhe traga quaisquer constrangimentos, penalidades ou prejuízos. Sempre que você desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas da pesquisa. Se depois de consentir sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

A sua participação na pesquisa não implicará em maiores riscos ou desconforto direto, ficando estabelecido que caso aceite participar da entrevista, você terá o tempo necessário para realizar tal tarefa.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a responsabilidade do professor orientador Marco Antônio Torres. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Os/as pesquisadores/as tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

A pesquisa terá início assim que houver a autorização do Comitê de Ética da UFOP e contará como apoio do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto.

Por fim informamos que a investigação foi submetida e aprovada com parecer favorável pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Ouro Preto (CEP/UFOP)

No Comitê de Ética da UFOP este projeto está aninhado dentro na pesquisa *Gênero e sexualidades no cotidiano escolar: o olhar de docentes*, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Marco Antonio Torres e da mestranda Izabella Marina Martinho Saraiva, ambos do programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP, sob o número CAAE: 88484417.3.0000.5150, submetido em: 26/09/2018.

Número do Parecer:

Qualquer dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFOP, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - Campus Universitário Morro do Cruzeiro, s/n, Bauxita, Ouro Preto -MG, CEP: 35.400-000/ telefone (31) 3559-1368.

Para mais esclarecimentos que se fizerem necessários apresentamos o nosso endereço para contato:

CONTATOS**Vítor Luiz Rocha Rodrigues (Pesquisador)**

Universidade Federal de Ouro Preto /Centro Desportivo (Ginásio de Ginástica Olímpica) - CEDUFOP / UFOP – Ouro Preto / MG/ vitorluizrr@gmail.com //

>

Marco Antonio Torres (Professor Orientador Pesquisador)

Universidade Federal de Ouro Preto /Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rua do Seminário, S/N, Centro – Mariana / MG/ marcoatorres@ichs.ufop.br/ (31) 3557.9407/ <http://lattes.cnpq.br/1187338993234801>

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu,

_____,
portador/a do documento de identificação

_____, REGISTRO que recebi do pesquisador Vítor Luiz Rocha Rodrigues, aluno regularmente matriculado no curso de Educação Física - Licenciatura da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a requisição de minha participação na pesquisa intitulada “*Orientação sexual e Identidade de gênero nas aulas de Educação Física*”, sob a orientação do Prof. Dr. *Marco Antonio Torres* e autorizada pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Investigação submetida, apreciada e aprovada com parecer favorável pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Ouro Preto (CEP/UFOP - CAAE)

Objetivos da pesquisa

DECLARO estar ciente do objetivo geral da pesquisa que visa analisar como professores/as dialogam, ou não, com as questões sobre orientação sexual/identidade de gênero nas aulas de Educação Física da Educação Básica.

DECLARO que conversei sobre o projeto com os pesquisadores e que sanei todas as dúvidas e de que estou CIENTE que uma cópia física encontra-se disponível junto à Direção do Centro.

Procedimentos da pesquisa

Tenho CONSCIÊNCIA de que a minha participação se limita a responder a uma entrevista referente a identificação das questões proposta pelos pesquisadores e à cessão de uma entrevista gravada por meio de recurso digital. Em ambos os casos, as questões versam, necessariamente, a respeito do tema relacionado ao

objeto da pesquisa. Tenho ainda CONSCIÊNCIA de que a resposta a todas as questões não é obrigatória e de que, a qualquer momento, poderei desistir de participar e/ou retirar meu consentimento e a cessão de direitos de uso e de publicação e, ainda, que minha recusa não trará nenhum prejuízo à minha relação com os pesquisadores. No entanto, caso novas informações sejam necessárias no decorrer da pesquisa, coloco-me à disposição dos pesquisadores, desde que respeitados meus interesses, minhas possibilidades e minhas limitações.

Riscos e desconfortos

AFIRMO ter ciência de que os riscos de influências negativas, tais como: desconfortos, lesões, prejuízos ou riscos materiais e/ou morais, bem como de constrangimento de qualquer espécie, provocados pela pesquisa, são praticamente inexistentes, uma vez que a minha participação está condicionada apenas à cessão de direitos sobre o uso e a publicação de meus depoimentos apreendidos por meio de questionário próprio e de entrevista cujas perguntas são pertinentes ao estudo. Isso significa que a investigação pode apresentar apenas desconfortos psicológicos, devido às exposições de minhas opiniões durante os meus depoimentos. Em relação a isso, DECLARO conhecer os cuidados que os pesquisadores me apresentaram como forma de minimizar os possíveis efeitos de tais desconfortos, tais como: 1) a realização da entrevista ocorrerá em local por mim escolhido, respeitando a minha segurança e também do pesquisador, 2) a realização da entrevista ocorrerá de maneira individual estando presentes no mesmo ambiente somente eu e o pesquisador e; 3) os pesquisadores se comprometeram a não divulgar, sob nenhuma hipótese, a minha identidade, mantendo assim meu anonimato e, sempre que necessário, efetuando a troca dos nomes verídicos de pessoas e instituições que porventura eu venha a utilizar no meu depoimento. DECLARO ainda ceder aos pesquisadores, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais dos depoimentos de caráter histórico e documental que prestei.

Confidencialidade da pesquisa

Estou CIENTE de que todos os dados coletados terão caráter sigiloso, sendo preservada a minha identidade como depoente. Somente os pesquisadores envolvidos no estudo terão acesso às minhas informações, que serão utilizadas apenas para fins acadêmico-científicos relacionados aos objetivos da pesquisa.

Benefícios sociais da pesquisa

Com a minha participação, ACREDITO que a pesquisa poderá oferecer benefícios diretos e/ou indiretos à comunidade acadêmica, uma vez que os resultados do estudo poderão contribuir futuramente para o maior conhecimento a respeito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como a realidade dos/as conselheiros no que se refere a sua atuação e experiências adquiridas naquele espaço de deliberação e construção política, já que poderão refletir sobre si mesmos/as, além de permitir que até mesmo o Instituto de Ciências Humanas e Sociais juntamente com o Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto desenvolvam ações específicas para pensar sobre os apontamentos da pesquisa.

Custos/Reembolso financeiro para o/a participante

Tenho CONHECIMENTO de que minha participação não gerará nenhum gasto decorrente do meu depoimento. Igualmente DOU FÉ de que não receberei qualquer espécie de gratificação, reembolso ou vantagem pela minha participação voluntária na pesquisa, seja ela educacional ou financeira.

Dúvidas e contatos

Estou CIENTE de que tenho total liberdade para esclarecer qualquer dúvida em relação à pesquisa e/ou à minha participação diretamente com os

pesquisadores. Para tanto, confirmo receber neste documento todos os contatos atualizados dos pesquisadores. Também estou CIENTE de que serei previamente comunicado/a da data de apresentação pública dos resultados da pesquisa.

Eu,

DECLARO que li todas as informações contidas neste documento e que fui devidamente informado(a) pelo pesquisador, *Vítor Luiz Rocha Rodrigues*, dos procedimentos que serão utilizados, para o cumprimento dos **objetivos** da pesquisa, seus **riscos**, o caráter **confidencial** dos dados coletados para o estudo, seus **benefícios sociais**, a relação de **custos** e os **contatos** do pesquisador, **concordando com a minha participação voluntária**. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. DECLARO ainda que recebi uma cópia desse Termo de consentimento Livre e Esclarecido e Cessão de Direitos, devidamente paginado em quatro laudas e assinado.

Assinam em duas vias de igual teor, as pessoas interessadas:


Ciente e de acordo,

Assinatura do/a colaborador/a voluntário/a:


Assinatura do Pesquisador

Ouro Preto/MG, _____ de _____ de 2018

Apêndice III




Universidade Federal de Ouro Preto
Centro Desportivo
Licenciatura em Educação Física



DECLARAÇÃO

Declaro que o aluno **Vitor Luiz Rocha Rodrigues**, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado **"Orientação Sexual e Identidade de Gênero: análise da percepção dos/das professores/as de Educação Física Escolar"** efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Prof. Dr. Marco Antônio Torres
Orientador
ICHS

Ouro Preto, julho de 2019